

COOPERAÇÃO SUL-SUL: A RELAÇÃO BRASIL-ÍNDIA (1990-2010)

Mariana Padovani Barbará¹

Resumo

Como veremos nesse estudo, a década de 90 marca o início de um processo de aproximação entre Brasil e Índia que ao longo de vinte anos tem se intensificado e aprofundado. Se o interesse, a priori, era pautado na esfera econômica, hodierno as questões de ordem política e estratégica também somam parte da agenda bilateral dos dois países. Essa aproximação decorre, em muito, do fato de ambos serem importantes nações em seus contextos regionais e de compartilharem, apesar de distintas realidades históricas, culturais e sociais, desafios similares, sobretudo no que diz respeito à erradicação da pobreza, distribuição de renda e combate a doenças. Nesse sentido, com o fortalecimento do processo de cooperação Sul – Sul, é de grande interesse de Brasil e Índia se unirem a fim de diminuir suas deficiências relativas de poder frente às nações mais desenvolvidas e estabelecer uma cooperação mútua para amenizar esses problemas comuns. Vemos que apesar da intensificação da relação bilateral, os dois países ainda apresentam uma aproximação tímida e precisam, portanto, consolidar um projeto político articulado. No entanto, as relações Brasil – Índia são estratégicas em muitos sentidos e essa deverá ser a tônica da continuidade. Nesse sentido, esse trabalho busca, de forma geral, mostrar como se dá a aproximação indo brasileira, e como ela vem sendo fortalecida ao longo dos anos.

Palavras-chave: Brasil – Índia; Cooperação Sul-Sul; Política Externa; Parceria estratégica.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Agosto de 2014. Contato: marianapb@live.com.

Abstract

As we shall see in this study, the 90's mark the beginning of an approximation process between Brazil and India, that has been intensified and deepened in the last twenty years. If the initial mutual interests were characterized by the economic sphere, nowadays, political, economic, and strategic questions also compose the bilateral agenda of both countries. Most of this approach stems from the fact that both actors are important nations in their regional context and, despite of distinct historical, cultural, and social realities, share similar challenges, especially at the attempts to eradicate poverty, distribute income, and fight diseases. Accordingly, with the strengthening of South-South cooperation, it is of great interest of both Brazil and India to come together in order to diminish their relative weaknesses in comparison of other developed nations, and establish a mutual cooperation to alleviate common issues. In this sense, we assume that despite the intensification of bilateral relations, both countries still have a timid approach and need, therefore, to consolidate an articulated political project. However, Brazil-India relations are strategic in many ways, and this shall be the keynote of continuity in this context.

Keywords: Brazil – India; South-South Cooperation; Foreign Policy; Strategic Partnerships.

Introdução

Nos últimos anos, diversos países emergentes tem buscado assumir novas posições de destaque no contexto regional, bem como no sistema internacional, procurando, para tanto, a realização de novas parcerias no sentido de cooperação e formação de alianças no âmbito do sul global. Estabelecendo, o que chamamos de Cooperação Sul-Sul.

Dessa forma, o conceito de Cooperação Sul-Sul, apesar de sua inconsistência e imprecisão², pode ser entendido, de acordo com De La Fontaine e Seifert (2010), como um mecanismo por meio do qual os países do sul são incitados a superar a dependência das nações industrializadas do Norte, reforçando a cooperação política, técnica e econômica entre si.

Em relação ao Brasil, a expansão da Cooperação Sul-Sul vem sendo intensificada, uma vez que é de grande interesse do país formar alianças com nações do sul na expectativa de aumentar o poder de barganha em negociações com as do Norte (DE LA FONTAINE; SEIFERT, 2010), assim como diminuir suas deficiências relativas de poder e os impactos das políticas unilaterais adotadas pelas potências.

A busca pela ascensão no cenário internacional, pela intensificação de relações sul-sul em prol do desenvolvimento e do fortalecimento do poder de barganha, faz da Índia hoje um forte aliado do Brasil na busca pela concretização desses interesses. Isso só foi possível porque as mudanças que ocorreram no mundo no pós Guerra Fria possibilitaram que muitos países, que antes não ocupavam espaço de relevância no cenário internacional, buscassem um reposicionamento. Assim, a convergência de tendências liberalizantes comuns à Índia e ao Brasil, e as mudanças de paradigma³ pelo qual passava a Índia, buscando aumentar seu perfil internacional no domínio econômico, permitiram que esses dois países adotassem uma nova postura no sistema internacional. (VIEIRA, Maíra Baé B. 2009).

Dessa forma, o período que vai de 1991 a 1995 foi marcado pelo surgimento do interesse indiano pelo Brasil enquanto parceiro comercial e apoiador político. Isso se deve, em grande parte, pelo desmantelamento da URSS que ocasionou “alterações radicais no fluxo comercial indiano” e “obrigou” a Índia a buscar novas parcerias. No Brasil, o presidente

² Segundo De La Fontaine e Seifert (2010), o conceito de Cooperação Sul – Sul é impreciso porque não estabelece quais tipos de relações entre os países do sul podem ser nomeados como tal. E, além disso, não é utilizado de forma consistente uma vez que vem evoluindo substancialmente nas últimas décadas. (DE LA FONTAINE, D. ; SEIFERT, J., 2010, p 2.)

³ Em 1991 a Índia passou por uma forte crise econômica e para combater essa crise foi lançado um pacote de reformas econômicas chamado “New Economic Policy”, que tinha a abertura econômica como principal característica. (VIEIRA, Maíra B. B. V. 2009).

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) liberalizou a economia e optou por diversificar as parcerias do Brasil, isso sem abandonar os antigos aliados da Europa e da América do Norte. Ele desenvolveu estratégias a fim de estabelecer laços mais fortes com outros países em desenvolvimento, como a Índia. Essa mudança de postura culminou na visita do presidente F.H. Cardoso a Índia em 1996, e uma visita ao Brasil pelo então presidente indiano Kocheril Raman Narayanan em 1998. Porém, foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que as relações Índia-Brasil chegaram a um ponto histórico em abril de 2010, quando o presidente Lula e o primeiro ministro indiano, Manmohan Singh, se reuniram em Brasília para renovarem o compromisso com a “aliança estratégica” entre os dois países e demonstraram o apazimento com as crescentes relações bilaterais. (STUENKEL, Oliver. 2010)

Sendo assim, o presente trabalho busca analisar as relações bilaterais entre Brasil e Índia desde os anos 1990 até 2010, tentando compreender e identificar as convergências de interesses, as possibilidades de cooperação, o fluxo comercial, os objetivos alcançados, as dificuldades e limitações estabelecidas, bem como os benefícios dessa cooperação no âmbito comercial, político e de desenvolvimento entre as nações.

A relação entre Brasil e Índia, apesar de sua intensificação recente, vem de longa data. Como aborda Vieira (2009), o comércio direto entre os dois países se desenvolveu durante o período colonial. Vários navios da “Carreira da Índia” saíam do porto de Goa e de naus indianas e aportavam no Brasil para comercializar de forma ilegal com os colonos. É notável o contraste entre os modelos de “passado colonial português” vivido pelas duas nações. Além disso, como analisa Fiori:

“A Índia entra na era moderna da política e da economia mundiais como possessão britânica, quase na mesma hora em que o Brasil se inscrevia como uma economia primário-exportadora dependente do espaço econômico hegemônico pelo capitalismo industrial inglês.” (FIORI, 1996; Pg 37).

Após alguns anos de atividades contraventoras, Portugal aceitou as relações entre as colônias, que praticamente deixaram de acontecer após a independência do Brasil e só retornaram com a independência indiana em 1947. No entanto, foi somente após a década de 1990, quando há uma mudança de inserção internacional adotada pela Índia, que foi conferida importância significativa ao Brasil nas relações comerciais indianas. Além das questões econômicas, hodierno, a interação dos dois países também é pautada pelo desejo de autonomia política, desenvolvimento sócio econômico, tecnológico e científico.

Nesse interim, a lógica da coalizão Brasil-Índia demanda explicação que vá, simultaneamente, no sentido de uma compreensão mais profunda e sistemática dos interesses econômicos de ambos os países e de outros interesses que vão além das questões comerciais. (DE OLIVEIRA; ONUKI; DE OLIVEIRA; 2006).

De uma perspectiva histórica, a geografia e legados políticos específicos tornaram difícil o estreitamento de vínculos políticos e econômicos entre os dois países, apesar de semelhanças estruturais relevantes. (De Lima, 2005).

A Índia é majoritariamente rural, possui um grande contingente populacional e é mais pobre que o Brasil, tanto sua renda per capita quanto seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são inferiores.⁴ No Brasil, a partir dos anos 1990, os problemas de desigualdade, renda, pobreza e analfabetismo se intensificaram em função da crise do modelo desenvolvimentista e do ajuste estrutural por que passou sua economia. A Cooperação Sul-Sul também é reforçada entre os dois países no sentido de minimizar esses problemas sociais que ambos enfrentam. (Ibid.)

Isto posto, percebemos que a ligação entre os dois países não visa apenas a cooperação multilateral nas questões de paz e segurança, e comércio e desenvolvimento, mas objetiva também, construir vínculos políticos e econômicos fortes entre os dois países, que por razões históricas não foram estreitos. (De Lima, 2005). E nesse sentido, as pontes necessárias a construir são muitas. É necessário consolidar essas relações também por meio de intercâmbios universitários, com projetos comuns de pesquisa, com aporte respectivo de fundos, com a intensificação comercial, entre outros. É importante salientar que há muitas áreas em que cooperar, pois os dois países tem muito em comum, não apenas em seus pontos fracos, já citados anteriormente, como a pobreza, a precária infraestrutura, a saúde pública, as falhas no sistema educacional de primeiro e segundo grau, mas também em seus pontos fortes, como os setores de produção de medicamentos e vacinas, no setor de software, em matérias dos polos e parques tecnológicos, bem como nas tecnologias de comunicação. (LIMA, Marcos Costa. 2007).

Tendo em vista os objetivos propostos, fez-se necessário o levantamento bibliográfico referente as relações entre Brasil e Índia a partir dos anos 1990, para que fosse possível analisar suas transformações e intensificação até o ano 2010. Nesse sentido, foi analisado o fluxo comercial, os acordos de natureza econômica, política, social, científica e tecnológica. Para tanto, além dos diversos autores consultados, também foi importante as declarações

⁴ Dados retirados do site *HumanDevelopmentReports*, disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/IND.html>. Acesso em 05 de Abril de 2013.

emitidas pela Presidência da República e pelo Ministério de Relações Exteriores. Dado o período prolongado, buscou-se selecionar temas específicos que seriam abordados mais detalhadamente neste artigo, e que são considerados essenciais para o entendimento da relação indo-brasileira. Além disso, houve a realização de uma revisão bibliográfica a cerca dos seguintes temas: Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Parcerias Estratégicas.

Cooperação Sul-Sul e Parcerias estratégicas do Brasil

A Cooperação Sul-Sul emergiu ainda durante o período bipolar em contraponto à estrutura estratégico militar Leste-Oeste. A chamada identidade coletiva do Sul foi construída por meio de um sentimento de não pertencimento do grupo dos países do Norte desenvolvido, como por exemplo, o Movimento dos Não Alinhados ou a Nova Economia Internacional, e, a partir daí, surgiram diversos outros movimentos nesse sentido de contraposição e não pertencimento.

Contudo, na transição entre os anos 1980 e 1990, a Cooperação Sul-Sul sofreu revezes políticos e se arrefeceu, perdendo importância na conjuntura política internacional. Isso porque grande parte dos países em desenvolvimento passavam por uma crise de endividamento externo e estavam sujeitos a programas de ajuste estrutural. Ainda, a crise sistêmica dos modelos nacional-desenvolvimentistas e a aceleração dos processos de globalização acarretaram no aumento da dependência, com o surgimento de novos critérios e condições para a concessão de financiamento, de muitos países em desenvolvimento em relação aos países do Norte. (CARVALHO; MILANI; 2013)

Dessa forma, pelo menos até meados de década de 90 as possibilidades de renovação da agenda política da Cooperação Sul-Sul eram limitadas. Isso porque o desenvolvimento dos países do Sul estava conectado de maneira muito forte às estratégias de êxito econômico, definido segundo a ética do mercado e padrões neoliberais. Fato que só começou a mudar de 1994 em diante com as crises financeiras que acometeram os países do Sul e fizeram, inclusive, com que vários desses optassem por modelos de integração regional em bases assimétricas.

Assim, a partir dos anos 2000 houve uma renovação da Cooperação Sul-Sul ao defender uma nova visão do desenvolvimento a partir da realidade de países do sul global, como Brasil, China, Índia, África do Sul, Turquia, entre outros. A proposta é que agora o desenvolvimento não seria mais pensado exclusivamente a partir de uma visão liberal da ordem internacional. Agora a horizontalidade assegurava uma tentativa de garantir uma

inserção internacional diferenciada de alguns países do sul no diálogo com países do Norte. (Ibid.)

Essas mudanças também podem ser percebidas no Brasil, isso porque, diferente da década de 1990, nos anos 2000 os formuladores da política externa brasileira passaram a priorizar a agenda com países em desenvolvimento, sem, no entanto, substituir as relações Norte-Sul. E, nesse sentido, o Brasil vem desenvolvendo uma agenda cada vez mais abrangente com outros países em desenvolvimento, buscando abarcar diversas áreas de interesses comuns. E é justamente nesse período que a relação Brasil e Índia ganha força e notoriedade, estabelecendo uma parceria estratégica, como veremos ao longo desse trabalho.

“Como considera Istvan Hont, a sobrevivência do Estado em um ambiente anárquico e competitivo gera riscos e oportunidades constantes em situação em que o sucesso depende de relações de cooperação com atores estratégicos em problemas de difícil resolução unilateral” (LESSA; OLIVEIRA; 2003; p. 31). É nesse contexto que surge a ideia de “parcerias estratégicas”, se separarmos os termos, temos que “parceria” assume o sentido de associação com o intuito de alcançar objetivos comuns, envolvendo cooperação e colaboração, já o termo “estratégica” assume o papel de qualificar a noção de parceria, referindo-se à identificação de objetivos relevantes de longo prazo e a existência de interesses e meios para alcançá-los. Porém, uma parceria estratégica não é simplesmente a junção dos dois termos, mas, pode ser entendida como uma aceitação mútua da importância dos Estados parceiros, e um mecanismo flexível voltado para administrar esforços de cooperação e coordenação entre dois Estados.

Um dos principais fatores que levam os Estados a adentrarem parcerias estratégicas está na percepção de oportunidades que esses relacionamentos buscam aproveitar, ou nos desafios que devem ser superados. Além disso, é importante haver convergência de interesses, e o entendimento de que o relacionamento bilateral é essencial para realizar objetivos centrais dos respectivos parceiros, sejam de política externa ou de matérias domésticas, em áreas econômicas, de segurança ou outras.

Nesse sentido, a relação Brasil – Índia assume o status de parceria estratégica visto que há uma enorme gama de interesses convergentes juntamente com a possibilidade de cooperação e colaboração entre os dois países, e que nos últimos anos muito vem sendo feito na tentativa de estabelecer meios para alcançar tais objetivos. É importante salientar, no entanto, que uma parceria estratégica consubstancia a convergência de dois Estados, mas não gera necessariamente obrigações vinculantes. Ainda, as “parcerias estratégica” não se limitam ao âmbito predominantemente diplomático e militar, mas também são atores considerados relevantes uma pluralidade de setores do governo, empresas e representantes da sociedade

civil. Contudo, o arcabouço político e jurídico que estrutura a interação ainda são formados pelos atores governamentais centrais.

A partir do exposto veremos como desponta a relação Brasil e Índia nos anos 1990, marcado pelo arrefecimento da cooperação Sul-Sul na política internacional, e como, ao longo de 20 anos, é criada e estruturada a parceria entre os dois grandes países emergentes pertencentes ao sul global.

A relação Brasil - Índia de 1990 a 2002

As duas últimas décadas do século XX representaram um período de dupla transformação para o Brasil. Na década de 1980, no plano político, houve a transição do regime militar para a democracia, enquanto no plano econômico, o modelo de desenvolvimento vigente, essencialmente autárquico, chegou ao esgotamento. (ALTEMANI, 2005.).

Com o fim da Guerra Fria e as mudanças pela qual vinha passando o Brasil, os anos 90 foram marcados pela diluição das fronteiras econômicas e a “internacionalização” da economia mundial, caracterizando um novo direcionamento da política externa brasileira.

Se por uma lado, esse novo direcionamento conduzia a uma ênfase no regionalismo, expresso pela atuação brasileira nos processos de integração sub-regional (Mercosul), de integração regional (ALCSA) e de integração hemisférica (Alca), por outro, de forma bem mais amena, há a condução de parcerias extra hemisféricas, caracterizado por uma diversificação das parcerias brasileiras. No entanto, como salienta Henrique Altemani, o relacionamento Brasil-Ásia enfrenta uma dificuldade de priorização dessas relações, visto que os compromissos no contexto regional ou mesmo ocidental são privilegiados. Contudo, “tem-se impressão de que há um verdadeiro e grande interesse na ampliação dos laços políticos e/ou parcerias comerciais com a Ásia, entretanto, não se delinearam [até aqui] as formas de se atingir esse objetivo.” (Oliveira, Henrique Altemani de. 2005. P. 236). Assim, nesse primeiro período, o relacionamento do Brasil com países asiáticos, o que inclui aqui nosso objeto de pesquisa, a Índia, é mais baseado em iniciativas asiáticas do que de um ativismo de fato. (Ibid.).

No nível global, durante a Guerra Fria, o Sul da Ásia não foi palco do conflito, porém, os dois poderes regionais, Índia e Paquistão, se alinharam com as duas potências em luta. Enquanto o Paquistão era aliado dos EUA, a Índia era alinhada da URSS desde os anos 1960, e assim seguiu até o fim da guerra e, conseqüentemente, o desmantelamento da URSS. Tal

fato colocou fim aos acordos de permuta que a Índia possuía com este e com outros parceiros do Leste Europeu, sendo este, um dos principais fatores geradores da crise pela qual passou a Índia no início da década de 1990. Tal crise foi responsável por uma radical mudança paradigmática da postura indiana ainda no início da década, culminando no “deslocamento ideológico indiano que migrou de um extremo ao outro, do isolacionismo quase total para uma integração competitiva no mercado mundial”, (VIEIRA, Maíra BaéBaladão, 2009. P. 39) colocando fim ao modelo Nehruniano.

Tal modelo determinou os rumos da política indiana por muitos anos, baseado na autossuficiência, autarquização e na economia fechada de planificação estatal, o modelo visava à independência por meio da industrialização com alta intervenção estatal e substituição de importações, desenvolvimento de ciência e tecnologia para obtenção de autonomia estratégica além de uma política externa independente e da adoção de um socialismo por meios graduais e reformistas. (VIEIRA, 2009).

Dessa forma, a última década do século XX representou uma grande, embora diferente, mudança, tanto para a Índia quanto para o Brasil. A falência do modelo de pseudo-autossuficiênciaindiano fez com que o país saísse da insularidade e que, no intuito de estabelecer maior integração, mudasse sua postura em relação à América Latina e, conseqüentemente, ao Brasil.

Dirigentes indianos viam na América Latina a oportunidade para recuperar a perda do espaço comercial antes ocupado pelos países do bloco soviético, e o Brasil, como sendo o parceiro comercial mais importante na região, ganhou atenção especial. Assim, podemos dizer que num primeiro momento, o interesse indiano no Brasil foi a necessidade de novos mercados. E, aos poucos, esse interesse foi se expandindo para outras áreas, com a Índia apresentando uma postura mais assertiva, promovendo visitas de diversos ministérios e associações empresariais ao Brasil, além de haver criado outros programas governamentais com vistas à aproximação com a América Latina como um todo.

Alguns pontos marcantes dessa postura assertiva foram, em 1992, quando o Ministro de Relações Exteriores indiano, Eduardo Faleiro, compareceu à posse de Fernando Collor de Mello; quando Narasimha Rao, Primeiro Ministro Indiano, viajou ao Brasil no mesmo ano, mesmo não se tratando de uma visita oficial, para a ECO 92; quando uma delegação da ASSOCHAM⁵ realizou uma visita oficial ao Ministério das Relações Exteriores, resultando

⁵“A Association of Chambers of Commerce (Assocham) era uma das três agremiações empresariais mais importantes da Índia no início da década de 1990, até ser ofuscada pela CII (Confederation of Commerce and Industry).”

na assinatura de um Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum entre os dois países, promovendo uma maior aproximação entre Índia e Brasil, por oportunizar reuniões de consultas políticas anuais. Em 1993, houve outra visita por parte do então Ministro das Relações Exteriores indiano, Salman Khursheed, ao Brasil; dentre outras. No entanto, apesar dessa assertiva e da aproximação clara da Índia, nada de concreto ou muito vantajoso aconteceu de fato na relação bilateral nesse primeiro momento.(VIEIRA, 2009).

Como aborda Claudio Pinheiro e Maíra Vieira, embora sem nada acordado ou de forma proposital, o comportamento dos dois países nos diferentes fóruns ou movimentos multilaterais esteve constantemente permeado por certa similitude. Essa sintonia pode ser percebida com êxito na última rodada de negociações do GATT, que antecede a criação da OMC em 1995. Para Feliciano de Sá Guimarães, “o Brasil e a Índia talvez tenham sido os mais importantes e decisivos países em desenvolvimento ao longo dos nove anos de negociações” da Rodada Uruguai, sendo que “a mudança no posicionamento brasileiro em diversos momentos da Rodada coincidiu com a posição indiana”.

A resposta brasileira às investidas indianas deu praticamente de uma vez só, com a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia em 1996. Logo em seguida ocorreu a abertura do primeiro consulado indiano da América Latina em São Paulo. O então chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampreia, logo após a posse de Cardoso já havia traçado políticas de inserção internacional que abrangia a parceria com a Índia, porém estas só obteriam grande sucesso durante o governo Lula. (VIEIRA, 2009).

Ainda no ano 1996, com intuito de estreitar a cooperação entre os dois países, a Índia convidou o Brasil a participar em Nova Delhi da reunião preparatória para a Ministerial da OMC em Singapura. A intenção indiana era o alinhamento em relação aos “Novos Temas”, como investimentos, padrões trabalhistas e políticas de concorrência para compras governamentais. No entanto, esse alinhamento não ocorreu da maneira esperada. Enquanto a Índia preferia que o tema de investimentos fosse tratado pela UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), o Brasil acreditava que a matéria deveria ser tratada no seio da OMC. Contudo, ambos eram contrários à inclusão da cláusula social no comércio internacional. (Ibid.).

Esse “meio” alinhamento entre os dois países no âmbito da OMC se arrefeceu em 1999 em Seattle, quando a Índia teve uma atuação independente, trabalhando, quando conveniente, com os países desenvolvidos, sem buscar alianças estritas com os demais países

em desenvolvimento, sua intenção era a busca de mais acesso a mercados, mesmo sendo um dos países mais protecionistas.

Contudo, mesmo apresentando períodos de divergências e baixa integração multilateral, Índia e Brasil mantiveram uma inclinação à cooperação, preservando uma relação saudável que possibilitaria uma articulação conjunta bem sucedida futuramente nas negociações da OMC. (VIEIRA, 2009).

No tocante a esfera comercial, quando confirmado a predisposição brasileira à cooperação diante da então visita do presidente brasileiro à Índia, o governo indiano aumentou o investimento no Brasil. Ainda em 1996 a Índia promoveu em São Paulo uma iniciativa – que mais tarde se mostraria ineficaz e muito onerosa à Índia – para mostrar seus produtos aos importadores brasileiros, a Expo Índia. No entanto, a intenção de mostrar ao mercado brasileiro uma Índia industrializada não deu certo, a organização do evento foi falha, e os representantes de produtos fabricados com tecnologia de ponta não compareceram, deixando a feira com produtos meramente têxteis, artesanais, ferramentas manuais, artigos de couro, entre outros.

Essa iniciativa fez parte de um conjunto de ações realizado pelo Ministério do Comércio e Indústria indiano desde 1996, com vistas a estimular as exportações para a América Latina. Foram feitas campanhas de conscientização empresarial, visitas de delegações à região, participação de empresários em feiras, e até mesmo reuniões semanais de interessados em expandir o comércio com o Brasil e países vizinhos.

Tal empreendimento por parte do governo indiano resultou num aumento de mais de 200% nas trocas comerciais com a América Latina em oito anos, passando de USD 473 milhões em 1991-1992 para USD 1,42 bilhão em 1998-1999. Correspondendo aos estímulos governamentais, o empresariado indiano tomou consciência do tamanho do mercado brasileiro, e, em 1997, a Índia apresentou o primeiro superávit na corrente de comércio com o Brasil. (VIEIRA, 2009).

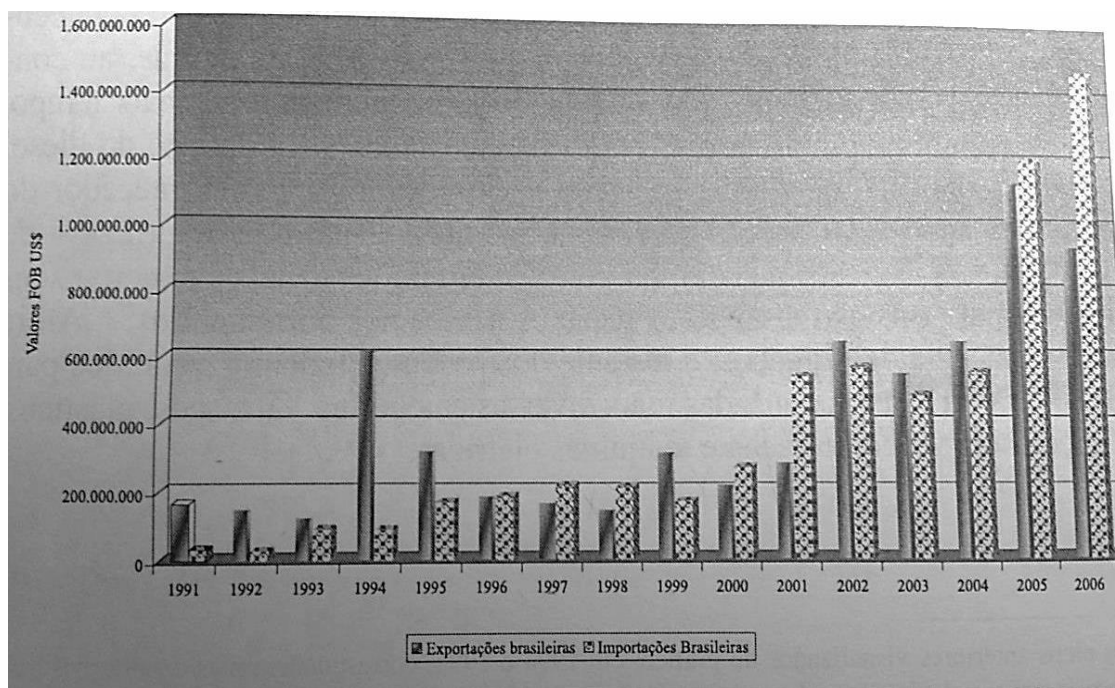
A virada do milênio é considerada por Maíra Vieira como sendo o início de uma nova fase do relacionamento bilateral indo-brasileiro, isso porque o fluxo comercial passou a aumentar sistematicamente após o ano 2000. Além disso, é percebido um aquecimento no interesse político mútuo. Assim, nesse período há uma posição mais assertiva por parte do Brasil, que também passa a buscar uma ampliação da atuação brasileira no mercado indiano.

Para tanto, o governo brasileiro passou a atuar em paralelo com o governo da Índia, promovendo o estímulo dos seus exportadores. Com isso, em 2001 o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Sérgio Amaral, incluiu a Índia no

programa de “Países e Produtos Prioritários”, esse programa englobava seis países – EUA, Alemanha, Reino Unido, Japão, China e Índia – que juntos haviam absorvido cerca de 40% do total das exportações brasileiras no ano 2000. Porém, os setores priorizados, como alimentos, frutas, carnes, calçados, couro, móveis, têxteis e confecções, autopeças, joias, entre outros, não eram coincidentes com os bens de colocação mais favoráveis no mercado indiano. (VIEIRA, 2009).

Portanto, as iniciativas brasileiras soaram quase como simbólicas em relação à Índia, isso porque, além de manter seu mercado protegido, a Índia oferecia incentivos mais concretos a seus exportadores, sem restringi-los à promoção de produtos específicos. Nesse sentido, o comércio indiano com o Brasil tinha mais chances de apresentar um aumento do que o contrário.

Porém, os esforços brasileiros não foram completamente em vão. Sendo que, a partir desse período, as relações comerciais entre os dois países se desenrolavam de forma mais fluída e já contavam com a cooperação direta do setor privado, assim houve um aumento significativo no fluxo de comércio entre os dois países, como mostra o gráfico abaixo:



Fonte: VIEIRA, Maíra BaéBaladão. Relações Brasil – Índia (1991 – 2006). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 81.

No tocante à política, a partir dos anos 2000 houve a visita mútua de governantes, empresários e representantes de autarquias de ambos os países. Começaram a desenvolver parcerias que só a partir do governo Lula seriam intensificadas e fortificadas. Como é o caso do apoio mútuo aos fármacos, no qual havia o interesse brasileiro na produção de

medicamentos genéricos, por meio da importação de matéria prima barata, e a troca de *know-how* entre os dois países. Nesse sentido, os dois países apoiaram-se politicamente nas negociações do Acordo TRIPS (Trade RelatedAspectsofIntellectualPropertyRights) na OMC.(VIEIRA, 2009).

Ainda, houve nesse período a visita de parlamentares brasileiros à Índia para conhecer as formas como este país lidava com os problemas sociais comuns, e as possíveis soluções aplicáveis na área de desenvolvimento rural e distribuição de alimentos e na erradicação da pobreza.

Outro encontro importante relacionado à cooperação foi a viagem do Ministro do Petróleo e Gás Natural, RamNaik, ao Brasil em 2001 no intuito de conhecer a experiência brasileira com o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), para promover o desenvolvimento do uso do etano para a geração de energia na Índia. Esse interesse resultou no Memorando de Entendimento Referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transporte, assinado em 2002, porém só entrou em vigor em 2006. (Ibid.)

Outra área importante de cooperação que Maíra Vieira aborda e que começou a se desenvolver a partir da virada do milênio, foi a cooperação acadêmica. A Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Goa assinaram um Memorando de Entendimento para intercâmbio de professores e pesquisadores e estudos conjuntos nas áreas das Humanidades, Ciências Sociais, Educação, Medicina, Arquitetura, Direito e Ciências do Mar.

Essa busca por cooperação para além da esfera comercial deu origem ao Memorando de Entendimento que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural, assinado entre os dois países em 2002. Porém a primeira reunião da Comista só aconteceu de fato no governo Lula, em 2003.

Na esfera multilateral, se antes o alinhamento dos dois países não era muito forte, ou se em 1999 a Índia adotou uma postura mais independente na OMC, agora, entre 2000 e 2002, a abertura de uma nova rodada de negociações conferiu dinamismo ao relacionamento, que resultou na criação do G20 em 2003.

Isto porque a rodada Doha da OMC, composta por uma “Agenda para o Desenvolvimento”, caso fosse mal sucedida, o comércio mundial poderia voltar a ser regulado por blocos regionais ou acordos plurilaterais e, caso isso ocorresse, a Índia seria bastante prejudicada, pois não fazia parte de nenhum. Assim teve início a propensão indiana à formação de alianças consistentes para influenciar nas negociações da rodada. E como o

posicionamento brasileiro coincidia em sua maioria com o indiano, os dois países, de forma natural, dividiram essa liderança dos países em desenvolvimento. (VIEIRA, 2009).

Em relação à agenda multilateral na rodada, tanto Brasil quanto a Índia eram contrários à política de concessão de subsídios agrícolas pelos países desenvolvidos. Ainda, ambos eram contrários à vinculação entre comércio e meio ambiente. Porém, há fatores de divergências, que, no entanto, não foram suficientes para enfraquecer a cooperação e a sinergia dos dois países. É o caso da defesa indiana em não vincular comércio e normas trabalhistas, defendendo que o tema deveria ser tratado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), pois o trabalho infantil é muito praticado na Índia. (Ibid.)

Essa sinergia no âmbito multilateral e a busca pelo crescimento do fluxo comercial se tornaram ainda mais intensas no Governo Lula, como será abordado adiante.

A Relação Brasil – Índia no Governo Lula

Os laços entre Brasil e Índia, como aponta Oliver Stuenkel, chegarão a uma intensidade previamente inimaginável nos próximos anos. Isso se torna possível em decorrência do crescente domínio econômico de ambos os países no cenário internacional, e na medida em que as relações entre os dois países se estreitam em quatro grandes áreas: o comércio; a defesa da democracia no mundo em desenvolvimento; a partilha de conhecimento em grande escala de questões que envolvam desenvolvimento econômico, saúde pública, educação, combate a pobreza e segurança; e ainda na área de democratização da governança global. (STUENKEL, 2010).

No período que compreende o Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) no Brasil, já percebemos a intensificação dessa cooperação Brasil – Índia, que teve um marco histórico no ano 2010, com a visita do então primeiro ministro indiano, Manmohan Singh, ao Brasil. Apesar de ter sido Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o governante brasileiro que iniciou aproximação com a Índia, foi na condução da política externa no governo posterior, Lula, que a manutenção desta aproximação permitiu a construção de um histórico positivo para o relacionamento entre os dois países. (VIEIRA, 2009).

Essa maior notoriedade do relacionamento Brasil – Índia atribuída ao governo Lula no Brasil deve-se ao fato de que com sua entrada no Governo, Lula empreendeu, de acordo com Amado Cervo, uma correção de rumos da política externa, composta por três frentes, a saber: I) a transição do multilateralismo utópico para o multilateralismo de reciprocidade entre países centrais e emergentes; II) a busca pela atenuação das dependências estruturais –

financeira, empresarial e tecnológica; III) a intenção de reforçar a América do Sul como polo de poder, plataforma política e econômica de realização de interesses brasileiros.

A mudança para o multilateralismo de reciprocidade contribuiu positivamente para a criação de coalizões sul – sul entre países emergentes, que passaram a bloquear negociações sem reciprocidade entre o norte e o sul, a exemplo da, como veremos mais adiante, Conferência Ministerial da OMC em Cancun, em 2003.

Assim, a transição do governo de Cardoso para Lula, evidencia outro estágio “em que se vai fixando a relação entre a ação externa brasileira e o papel das estruturas hegemônicas na configuração do ordenamento global: de passiva ou subserviente, passando pela dúvida, ao envolvimento com o poder global.” (CERVO, 2008; p. 57).

Alguns autores, como Maíra Vieira, trabalham com a ideia de que, a partir do início do governo Lula, as relações indo-brasileiras atingiram um novo patamar principalmente pelo surgimento, em junho de 2003, do Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), pelo lançamento do G20 comercial, “grupo de países em desenvolvimento com foco em políticas agrícolas e atuação baseada na Agenda para o Desenvolvimento de Doha” (VIEIRA, 2009, p.97), no qual Brasil e Índia assumem papéis de liderança, e pelas articulações do G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha) que buscam um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Entretanto, Maíra Vieira, aborda ainda a importância das relações bilaterais Brasil - Índia, que falaremos mais adiante, na consolidação da cooperação entre os dois países.

O Fórum IBAS, criado com base na Declaração de Brasília, apresenta como propósito central a consolidação de uma parceria estratégica entre países em desenvolvimento, com três interesses comuns principais: “o compromisso com instituições e valores democráticos; o empenho em vincular a luta contra a pobreza a políticas de desenvolvimento; e a convicção de que instituições e procedimentos multilaterais devem ser fortalecidos em contextos de instabilidades econômicas, políticas e relativas a questões de segurança.” (DE OLIVEIRA; ONUKI; DE OLIVEIRA; 2006).

Em setembro de 2003, houve uma reunião de cúpula do Fórum à margem da 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, onde os representantes dos três países determinaram no Comunicado de Nova York, as duas principais vertentes pelas quais se pretendia que o Fórum se desenvolvesse, sendo a primeira, a coordenação, que caracterizava a articulação de posições comuns entre os três países na atuação em fóruns mais amplos, e a cooperação, que visava a concepção e implantação de projetos concretos. Resultado dessa

reunião destaca-se ainda a intenção de criação do que viria a ser, em 2004, o Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza. (VIEIRA, 2009).

Em 2004 foi realizado outro ato político de relevância do IBAS, a 1ª Comissão Mista, realizada em Nova Delhi, no qual foram assinados um Plano de Ação, onde foram identificados os setores de transporte (aviação civil e navegação), turismo, comércio e investimentos, infraestrutura, ciência e tecnologia, sociedade da informação, saúde, defesa e educação; e uma Agenda de Cooperação, que se preocupava em convergir as posições dos três governos em temas como multilateralismo e reforma das Nações Unidas, paz e segurança internacionais, terrorismo, globalização, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento social. (Ibid.).

Apesar dos esforços, no final de 2006, no momento da primeira reunião de cúpula do IBAS, a sensação era de que a concentração não havia rendido muitos avanços. Contudo, alguns propósitos foram alcançados, como o acirramento da cooperação em Ciência e Tecnologia, a efetivação de ações referente ao combate à pobreza e à fome, onde foi criado um fundo fiduciário (Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza) administrado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que conta com a doação de US\$ 1 milhão de cada país do IBAS ao ano, e a conclusão de negociações relativas à integração logística no modal aéreo.

Assim, durante a reunião de Cúpula foram assinados alguns instrumentos que instituíam a cooperação nas áreas de biocombustível, de agricultura, de sociedade da informação, a facilitação de comércio e a navegação mercante e transportes marítimos. (VIEIRA, 2009)

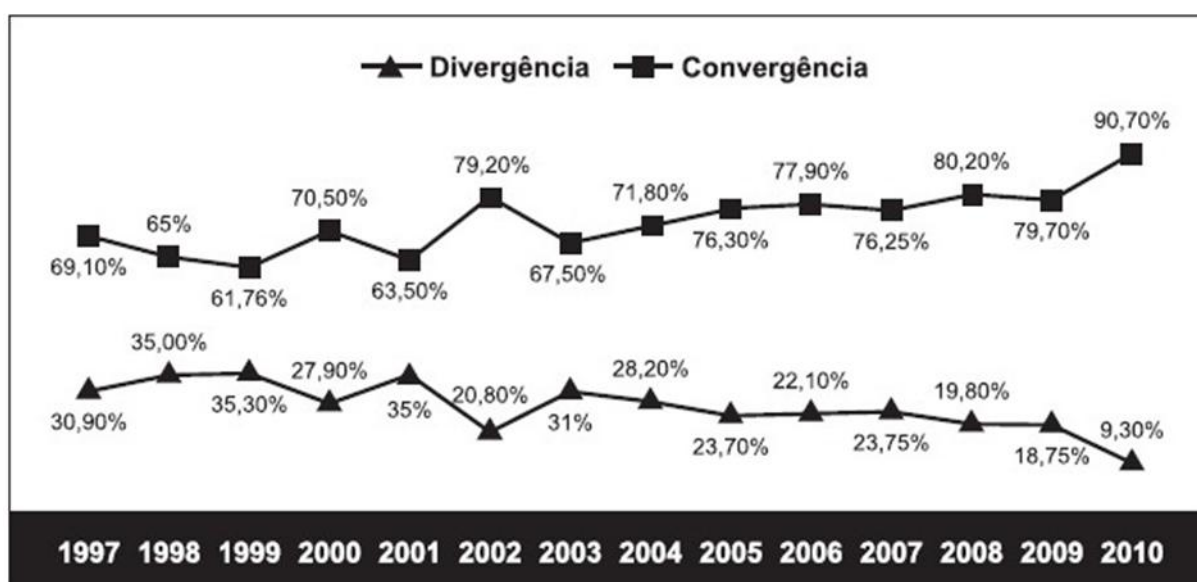
Até 2010, período que compreende este trabalho, foram realizados IV Cúpulas do Fórum IBAS, a primeira, já discutida anteriormente, foi em 2006 na cidade de Brasília, depois em Tshwane (2007), Nova Délhi (2008), e em Brasília novamente (2010). Ademais, os líderes se encontram no formato IBAS à margem de outras ocasiões. Há também o envolvimento da sociedade civil através dos Fóruns entre os Povos, que se reúnem paralelamente às reuniões de Cúpula, para debater temas de interesse da sociedade e promover interação entre os grupos. (ASSUNÇÃO, 2013).

A consulta política e a sinergia de interesses entre os membros do IBAS se reflete na variedade dos documentos oficiais e também na consolidação de posicionamentos e atuações comuns no cenário internacional - intervenções positivas no Conselho de Direitos Humanos da ONU, nas sessões sobre a situação dos Direitos Humanos na Palestina (março e setembro de 2009 e junho de 2010) e na sessão sobre Direito à Saúde e Acesso a Medicamentos (outubro de 2009). Ao todo, até 2010, dezoito Documentos Conjuntos já haviam sido emitidos

pelos Chefes de Estado e de Governo, pelos Chanceleres e por Ministros de Estado, além da Declaração de Brasília⁶.

A convergência política também pode ser observada no âmbito da Assembleia Geral da ONU, como mostra o gráfico abaixo:

Convergência e Divergência dos países do IBAS na AGNU (1997 – 2010):



Fonte: PADILHA, 2012, p. 13

Dessa forma, o Fórum IBAS vem contribuindo para que essa imagem de grandes países democráticos em desenvolvimento, defensores do multilateralismo e porta-voz do Sul, reforce o poder que os países detêm regionalmente, ampliando a atuação internacional da Índia, Brasil e África do Sul à medida que o Fórum ganha mais projeção. (ASSUNÇÃO, 2013).

Além do Fórum IBAS, houve a formação do G-20 comercial, ou agrícola, – em decorrência da Rodada Doha, já citado anteriormente – composto por, em média, 20 países de três continentes. O agrupamento representa 60% da população rural, 21% da produção agrícola, 26% das exportações e 18% das importações mundiais.⁷ E embora Brasil e Índia tenham interesses agrícolas diferenciados, no qual o primeiro tem uma posição marcadamente

⁶ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view> Acesso em 16 de dezembro de 2013.

⁷ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/desenvolvimento-comercio-internacional-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio/g-20-comercial>. Acesso: 17 de dezembro de 2013.

demandante e ofensiva, e o segundo possui uma posição defensiva e protecionista, em relação ao acesso a mercados para bens agrícolas, eles lideram o G-20 e concordam, junto com os membros do grupo, que é necessário reduzir os subsídios dos países desenvolvidos afim de que os países em desenvolvimento possam aproveitar plenamente suas vantagens comparativas na produção de gêneros agrícolas e minimizar os efeitos distorcivos ocasionados pelos subsídios. Concordam, ainda, que o cumprimento do mandato agrícola de Doha é essencial para garantir tratamento adequado à dimensão do desenvolvimento na OMC. (Ministério das Relações Exteriores).

Na reunião de Cancun em 2003, no México, a coalizão que forma o G-20, que buscava a liberalização do comércio agrícola, de modo a destravar as negociações de Doha, permitiu ao Brasil, em coordenação com a Índia, desenvolver o papel, mais uma vez, de intermediário indispensável entre os fracos e os fortes. (De Lima, 2009).

Dessa forma, o G-20 é tido como ator propositivo e central nas tratativas das negociações. Foi responsável pela tabulação de várias propostas sobre os três pilares - acesso a mercados (redução de tarifas), eliminação dos subsídios à exportação, e redução dos subsídios de apoio interno - da negociação agrícola, sendo que grande parte delas foi incorporada na estrutura da negociação e na definição dos níveis gerais de ambição da Rodada Doha. (Ibid.). Assim, com a criação do grupo, marco do realinhamento de forças na Organização Mundial do Comércio (OMC), Brasil e Índia, atuando conjuntamente, se tornaram líderes dos países em desenvolvimento. (VIEIRA, 2009).

Ainda, a atuação do Brasil e da Índia também é sentida no G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão), grupo informal criado em 2004, que busca a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por meio de declarações conjuntas na Assembleia Geral das Nações Unidas. No entanto, esta coligação sofre várias oposições e concorrência por parte de outros projetos, como o da União Africana, do S5 (Suíça, Cingapura, Costa Rica, Jordânia e Liechtenstein) e do Coffee Club, formado por nações que desaprovam a entrada do Brasil e outras que desaprovam a entrada da Índia. Ainda há as dificuldades de se obter aprovação dos países com direito a veto no Conselho, assim embora o voto de aprovação do Reino Unido e da França já esteja garantido, a Rússia tem uma postura dúbia, os Estados Unidos aprovam somente o Japão enquanto a China o veta veemente. (Ibid.).

Mesmo com todas as dificuldades, o presidente Lula e o Primeiro Ministro indiano, em ocasião de seu encontro no Brasil, afirmaram que ambos os países continuariam a trabalhar conjuntamente no G4, no intuito de elegerem membros permanentes em um CSNU reformado e expandido. O empenho dos dois países é justificado por terem sido, dentre os

membros não permanentes, os que ocuparam por mais tempo uma vaga no Conselho. O Brasil por 14 anos e a Índia por 12 (não consecutivos). (VIEIRA, 2009).

Ademais, no período considerado, a relação indo brasileira também se intensificou para além do Fórum IBAS e dos grupos citados, surgindo vários eventos importantes no âmbito bilateral. Como quando o Chanceler Indiano aproveitou sua visita ao Brasil para um evento do IBAS, em 2003, para tratar de alguns temas da agenda bilateral, como as negociações de um acordo comercial preferencial entre Índia e Mercosul, com a assinatura de um Acordo-Quadro, tendo como objetivo o estabelecimento de uma área de livre comércio entre as partes. A negociação de um acordo de preferências tarifárias fixas – ou Acordo de Comércio Preferencial (ACP) – é etapa intermediária para um Acordo de Livre Comércio. Ainda foram discutidos nesse encontro, a resolução de questões burocráticas como a expedição de visto de longo prazo para empresários e a extinção de taxas antidumping aplicados pelo Brasil a alguns produtos indianos. (MRE)

Quanto ao acordo entre Índia e Mercosul, em 23 de novembro de 2009, realizou-se, em Montevidéu, a I Reunião do Comitê de Administração Conjunta do ACP Mercosul-Índia, em que se confirmou a vontade das partes de aprofundar o ACP. Esta previsto pelo menos um encontro por ano do Comitê de Administração do Acordo. A segunda Reunião do Comitê ocorreu na Índia, em junho de 2010. (Ibid.)

Além disso, ocorreu a 1ª Comista Brasil-Índia em Nova Delhi, onde foram realizadas várias reuniões setoriais referentes a combustíveis renováveis (etanol e biodiesel), transportes aéreos, saúde, educação, agricultura e pecuária (que discutiu a retomada das importações de embriões bovinos indianos). (VIEIRA, 2009)

Para mais, a cooperação indo brasileira também inclui o setor de Ciência e Tecnologia (C&T), no qual foi firmado um convênio entre os dois países que visa, prioritariamente, as áreas de Biotecnologia, Ciências do Mar, Tecnologia dos Materiais, Metrologia e Tecnologia da Informação, entre outras. Para colocar em prática a troca de informações entre os dois países, são realizados workshops em que se discutem as experiências indianas e brasileiras nas áreas determinadas e como poderá haver uma cooperação entre os dois países. Essas experiências são consideradas muito boas em relação aos ganhos científicos e de capacitação de pessoal que o Brasil pode obter a partir deste acordo. O primeiro workshop foi sobre fármacos, realizado em 2007 no Rio de Janeiro, que discutiu, principalmente, os passos críticos da indústria farmacêutica indiana com ênfase no papel das políticas públicas e privadas na produção de medicamentos genéricos e novos produtos químicos. Posteriormente, em 2008 foram realizados vários workshops, no Brasil e na Índia, que trabalharam com temas

relevantes como, doenças infecciosas, física da matéria condensada, ciência da computação e matemática. (Academia Brasileira de Ciências; 2008).

Dessa forma, como Brasil e Índia possuem um desenvolvimento científico equivalente, tanto em qualidade quanto em volume, há um elevado nível de complementariedade de áreas, o que beneficia a emergência de projetos conjuntos com expectativas de se obter alto grau de sucesso. (Ibid.)

Outro tema que atingiu relevância foi o da AIDS, que “dado ao seu alcance global, mortalidade e morbidade, a aids é geralmente considerada a maior epidemia da história da humanidade” (E SOUZA, Andre de Mello. 2012, p. 203), que não só por sua extensão e impacto, mas também pelo fato de atingir sobretudo os países pobres da África Subsaariana, do sul da Ásia e do Caribe, mas também países ricos, a epidemia tem ocupado lugar de evidência na agenda política internacional. (E SOUZA, 2012) Sendo assim, a cooperação Brasil-Índia não poderia relevar o tema, no qual a Índia com uma grande indústria farmacêutica desenvolvida aliada a tecnologia brasileira de novos métodos de tratamento da doença colaboram para o combate da doença no continente Africano, e conseguiram, no âmbito da OMC, que os remédios fabricados por eles fossem isentos das regras rígidas de propriedade intelectual. Essa política do Brasil para a AIDS colaborou para o fortalecimento do país “em negociações bilaterais, regionais e multilaterais relativas ao comércio, à propriedade intelectual, à saúde e aos direitos humanos. [E também] permitiu ao Brasil desempenhar um papel de liderança em iniciativas para mudar instituições e regras de governança global de patentes e comércio”. (E SOUZA, Andre de Mello. 2012, p. 205).

Quanto ao comércio bilateral, sua importância no total de exportações brasileiras tem oscilado de forma pronunciada ao longo do tempo, enquanto o aumento de importância no total importado tem se intensificado de maneira mais sistemática. Desde 2005 o mercado indiano tem perdido relevância como destino de exportações brasileiras, mas os produtos indianos tem se tornado cada vez mais presentes nas importações pelo Brasil. Podemos notar isso no gráfico já apresentado na página 12. (ARAUJO; BAUMANN; FERREIRA, 2010).

Sob uma perspectiva otimista, devemos considerar que, mesmo sendo pouco significantes em relação ao seu comércio total, as trocas comerciais entre Brasil e Índia ultrapassaram US\$ 2 bilhões no ano de 2006, e ainda, em dez anos, as exportações da Índia para o Brasil saltaram de US\$ 12 milhões para US\$ 579 milhões. Para o então Presidente da Agência Brasil – Índia de Desenvolvimento Econômico e Cultural, Guilherme Lacombe de Góes, a perspectiva é de que o comércio bilateral chegue em US\$ 20 bilhões em 2015. Ainda é importante salientar que grande parte das exportações brasileiras para a Índia é de matérias

primas (Óleos brutos de petróleo) ou agrícolas, o que também ocorre na importação brasileira de produtos indianos, onde se destaca o óleo diesel. Dessa forma, a probabilidade é de que as duas economias pratiquem intercâmbio comercial de grande porte apenas nos casos em que existam vantagens geográficas peculiares em um dos dois países. (VIEIRA, 2009).

Críticas e limitações da cooperação Indo – Brasileira

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou um estudo que procurou identificar o potencial comércio entre Brasil e Índia baseado nas estruturas de vantagens comparativas revelada de Balassa⁸. Contatou-se, de acordo com os autores do estudo, a saber, Fonseca, Azevedo e Velloso, que apesar do crescimento significativo do comércio entre os dois países nos últimos dez anos – houve um crescimento de, em média, 30% ao ano –, o intercâmbio bilateral continua sendo pouco representativo para as duas economias. Isso porque a participação da Índia no total das exportações brasileiras, que era de 0,32% em 1993, subiu para 0,68% em 2004. No mesmo período, as importações de produtos indianos passaram de 0,36% para 0,89% do total importado pelo Brasil.

Ainda, de acordo com o estudo, o forte crescimento do comércio bilateral não foi resultado da diversificação das pautas. Pelo contrário, a concentração aumentou ao passar dos anos. Em 2003, apenas dois produtos – petróleo bruto e óleo de soja – foram responsáveis por 68% das vendas brasileiras com destino à Índia. Em 2004, açúcar e óleo de soja responderam por 41% do total. Já a pauta de importações brasileiras de produtos indianos é mais diversificada, no entanto, também a partir dos anos 2000, houve uma concentração, sendo o óleo diesel o principal produto de importação brasileira nos últimos anos, representando, em média, 40 % das compras provenientes da Índia.

Um fator levantado pelos autores para justificar a baixa troca comercial seria a distância entre os dois países. E o fato de que não há um tráfego marítimo direto entre Brasil e Índia, sendo que os produtos devem sempre passar pela Europa ou por Cingapura. Outro fator levantado são as elevadas tarifas de importação, sobretudo da Índia. Porém, afirma o estudo, a não compatibilidade das estruturas de oferta e demanda das duas economias é um entrave ainda maior. Ou seja, com base nas análises das vantagens comparativas, tanto a Índia quanto Brasil possuem os mesmos atributos e, portanto, não intercambiariam significativamente em termos de complementaridade.

⁸ Ver: AZEVEDO, Marcelo; FONSECA, Renato; VELLOSO, Edson. Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa. Estudos CNI 3. Brasília: CNI, 2005. p. 13, 14.

Contudo, apesar das inúmeras dificuldades apresentadas, o estudo afirmou que haveria oportunidades de crescimento para o comércio bilateral entre os dois países. Pelo lado brasileiro foram julgados promissores os produtos manufaturados de provedores especializados e semimanufaturados de origem mineral, e pelo lado indiano, os produtos manufaturados intensivos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e intensivos em economia de escala. Fato que já vem se concretizando nos últimos anos, a partir de 2005.

No que tange às questões multilaterais, há autores, como Abreu, que criticam o esforço de estabelecer Cooperações Sul-Sul, como a coalizão Brasil-Índia, e afirmam que estas iniciativas soam como um retorno ao passado de uma política principista, terceiro mundista. Para estes especialistas, o Brasil deveria focar nas negociações com os Estados Unidos e União Europeia, principalmente nas questões agrícolas. Ainda, a construção de relações estratégicas com os países do Sul é apresentada por esses autores como substituta das relações com os países do capitalismo avançado, sendo que estas últimas que seriam, na visão dos críticos, estratégicas para os interesses do país. O último argumento crítico consiste em levantar a questão da não complementaridade econômica entre os países do Sul e sua alegada condição de competidores no mercado global.(De Lima, 2005).

Além disso, muitos teóricos afirmam que a intensificação das relações comerciais entre Brasil e Índia irá gerar mais contenciosos entre eles do que no passado, quando as relações eram mais débeis. Isso por que quanto maior é a legalização do comércio mundial maior os impactos domésticos, que tendem a aumentar quanto mais interdependentes são as economias. Ainda, muitas divergências entre os países, como no caso das armas nucleares, no qual o Brasil renunciou e a Índia já é uma potência nuclear, irá dificultar o estreitamento das relações e da atuação conjunta dos países no cenário internacional. Sem contar que, a cooperação indo-brasileira no plano multilateral não se estende automaticamente a todas às questões da agenda de reforma multilateral. O que poderia atrapalhar e enfraquecer a atuação conjunta de ambos os países em negociações multilaterais. (Ibid.).

Outro problema levantado é que a incorporação dos dois em arenas como o G-20 financeiro ou mesmo como membros permanentes do CS ainda que represente uma “ampliação da presença e da voz dos países do sul, pode gerar problemas em suas respectivas regiões e não necessariamente é vista pelos demais como um aumento de sua representação política nestes fóruns, mas como uma cooptação dos mais desenvolvidos entre eles.” (De Lima, 2005; p. 32) Sem contar que, a incorporação de apenas um deles enfraqueceria o poder de barganha vis à vis os países industrializados.

A despeito das críticas e dos problemas referentes à cooperação dos dois países, a relação entre eles mostra que as complementariedades podem ser maiores que os fatores de competição. Ambos já possuem uma base industrial complexa, e já alcançaram um bom desenvolvimento tecnológico em alguns setores de ponta. Ainda, os problemas que ambos compartilham, já citados anteriormente, como a pobreza, desigualdade, analfabetismo, criam uma base de cooperação que é diferente da relação Norte-Sul.

Considerações Finais

Quando se pensa a relação indo – brasileira, normalmente se desconsidera a longa existência de um diálogo, ainda que mínimo, entre os dois países. Esquece-se o passado colonial português, as primeiras trocas comerciais instituídas com muita dificuldade, e os fatores que possibilitaram a busca pela aproximação entre Brasil e Índia. Aproximação esta que devido ao isolacionismo indiano e a postura brasileira, além de fatores geográficos, se deu num período muito recente.

Fato é, que se por razões históricas os laços entre os dois países não foram estreitos, ambos souberam, e precisaram, aproveitar as oportunidades inauguradas pelo novo cenário internacional que se constituiu no Século XXI. Se por um lado, as relações comerciais demonstram uma trajetória ascendente que marca o engajamento de ambos os países no intuito de se estabelecerem enquanto parceiros comerciais, por outro, nas últimas duas décadas, foram assinados diversos acordos bilaterais, com destaque para àqueles arquitetados no Governo Lula, que marcaram a mudança de postura indiana e brasileira no cenário internacional e os consolidaram, não somente como parceiros comerciais, mas também enquanto apoiadores políticos e parceiros estratégicos. Nesse sentido, a consolidação do Fórum IBAS e o lançamento do G-20 marcam, de forma significativa, o adensamento das relações entre os dois países, identificados “como aspotencias emergentes num contexto internacional de polaridades múltiplas”. (SIMÃO, 2011. p. 14).

Contudo, a partir do exposto, percebemos que, embora haja muitas semelhanças e muitos pontos em que se cooperar, a relação entre os dois países ainda encontra-se atrelada ao âmbito econômico/comercial. Resultando numa aproximação ainda tímida no que diz respeito aos caminhos políticos e estratégias de inserção internacional. Nesse sentido, mesmo com o aprofundamento das relações bilaterais, os governos de ambos os países tem o desafio de “consolidar não apenas uma agenda pró-ativa de cooperação comercial, mas estabelecer um projeto político articulado que defenda posições comuns em diferentes fóruns e arenas

internacionais e regionais.” (Ibid.). Para conseguir resultados de maior impacto é essencial a construção de uma relação mais duradoura e mais institucionalizada, que diminui os riscos de uma ruptura. Para tanto, é necessário que o maior nível político dentro dos respectivos governos consiga traçar estratégias relevantes de cooperação e coalizão de longo prazo, lançando mão de meios mais eficazes para se alcançar tais objetivos.

Apesar das relações indo-brasileiras terem passado por vários momentos de aquecimento e resfriamento, permeados por intervalos de silêncio. Há muitos indícios de iniciativas de pequena escala que foram efetivos na manutenção de diferentes níveis de diálogo no plano econômico, social e cultural, e que, embora, tenham contraído maior notoriedade durante o governo Lula – Singh, “as relações Brasil – Índia são estratégicas em muitos sentidos e essa deverá ser a tônica da continuidade”. (PINHEIRO; VIEIRA; 2003; p. 60).

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva. **Riscos da nova estratégia brasileira na OMC: falta agenda positiva às alianças do Brasil.** O Estado de São Paulo, 1o de set/2003.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Acordo de cooperação Brasil-Índia em C&T.** Disponível em: http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=143. Acesso em: 05 de Maio de 2013.

ARAUJO, Raquel; BAUMANN, Renato; FERREIRA, Jhonatan. As relações comerciais do Brasil com os demais BRICS. In.: BAUMANN, Renato. (Org.). **O Brasil e os demais BRICS: Comércio e Política.** Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

ASSUNÇÃO, Iuri. **O Fórum IBAS: uma experiência de parceria estratégica na perspectiva da cooperação sul-sul.** RARI – Revista Acadêmica de Relações Internacionais. Santa Catarina. n.4, v.II outubro/2013.

AZEVEDO, Marcelo; FONSECA, Renato; VELLOSO, Edson. **Potencial de Comércio entre Brasil e Índia: Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa.** Estudos CNI 3. Brasília: CNI, 2005.

BUSS, Paulo M.; FERREIRA, José R. Brasil e saúde global. In: PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (Orgs.). **Política externa brasileira: As práticas da política e a política das práticas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 241 – 265.

CARVALHO, Tassia C. O.; MILANI, Carlos R. S. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano.** Estudos Internacionais; v. 1. n.1; jan-jun 2013, p. 11-35. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5158>. Acesso em 20 de julho de 2014.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

DE LA FONTAINE, Dana; SEIFERT, Jurek. **The Role of South-South Cooperation in present Brazilian Foreign Policy: Actors, Interests and Functions.** Institute of Latin American Studies, 2010.

FIORI, José Luís. **O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos.** RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro. No. 47. Abril Maio e Junho de 1996 – Ano XII. Pg. 37.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Leticia. **A política externa brasileira em tempos de novos horizontes.** Nueva Sociedad, Buenos Aires, 2010.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de. Brasil como país intermediário e poder regional. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. (coords.). **Os Brics e a Ordem Global.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 43 – 74.

LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Parcerias Estratégicas do Brasil: uma busca por conceitos. In.: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. (Org.). **Parcerias Estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2003. p. 9-35.

LIMA, Maria Regina Soares de; **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.** Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 48 (I), p. 24-59. 2005.

LIMA, Maria Regina Soares de; **Aspiração Internacional e Política Externa.** Revista Brasileira de Comércio Exterior, no. 82, ano XIX, Janeiro/ Março de 2005.

LIMA, Marcos Costa. As Tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento: modelos brasileiro e indiano. In: DE LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Monica (Org.). **Brasil, Índia e África do sul: Desafios e Oportunidades Para Novas Parcerias.** São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 119 – 153.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **G-20 Comercial.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/desenvolvimento-comercio-internacional-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio/g-20-comercial>. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Negociações Comerciais Mercosul – Índia**. 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/dnc-i-2013-divisao-de-negociacoes-extra-regionais-do-mercossul-i/negociacoes-comerciais-mercossul-2013-india>. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

NARLIKAR, Amrita. **All that Glitters is not Gold: India's rise to power**. Third World Quarterly, Vol. 28, No. 5, 2007, p. 983 – 996.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; OLIVEIRA, Emmanuel de; ONUKI, Janina. Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: países intermediários e o caso IBAS. In: DE LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Monica (Orgs.). **Brasil, Índia e África do sul: Desafios e Oportunidades Para Novas Parcerias**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 157 – 202.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PADILHA, Fabrício Padilha Pererira da Silva. **Política Externa Brasileira, o Fórum de Diálogo IBAS e os Estudos de Relações Internacionais**. Brasília: Associação Brasileira de Relações Internacionais 1º Seminário nacional de Pós- graduação. 2012.

PINHEIRO, Cláudio Costa; VIEIRA, Maira BaéBaladão. Índia e Brasil. Temporalidades e escalas de um diálogo. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. (Org.). **Parcerias Estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2003. p. 37 – 63.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. **As relações bilaterais Brasil-Índia: um estudo das perspectivas de aproximação e de distanciamento (2003-2010)**. In.: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 de junho de 2014.

SOUZA, André de Mello e. Saúde Pública, patentes e atores não estatais: a política externa do Brasil ante a epidemia de aids. In: PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (Orgs.). **Política externa brasileira: As práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 203 – 240.

STUENKEL, Oliver. **The Case for Stronger Brazil-India Relations**. Indian Foreign Affairs Journal Vol. 5, No. 3, July–September 2010, p. 290-304.

VIEIRA, Máira BaéBaladão. **Relações Brasil – Índia (1991-2006)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.